

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

Texto CG1A1-I

Responsabilidade fiscal combina com responsabilidade social?

Quando analistas do mercado financeiro e economistas ditos “ortodoxos” referem-se à necessidade de haver responsabilidade fiscal, parece, à primeira vista, que estão se referindo à necessidade de o Estado não realizar gastos (ou abrir mão de receitas públicas) de modo descontrolado, eleitoreiro e ineficiente, aumentando aceleradamente a dívida pública (em proporção do PIB) sem um planejamento econômico-orçamentário de médio e longo prazo. Se fosse somente isso, se fossem somente essas as suas preocupações, não haveria muita polêmica, visto que os políticos e os economistas que questionam a visão do mercado financeiro também concordam com esses parâmetros para qualificar a responsabilidade fiscal.

O problema está em alguns diagnósticos e causalidades evocados pelos economistas porta-vozes do mercado financeiro, que podemos sintetizar em duas ideias centrais.

A primeira ideia central é a de que a economia brasileira apresentaria historicamente um sério “risco fiscal”, suficiente para tirar o sono daqueles que compram títulos da dívida pública. Exatamente por esse grave risco fiscal, argumenta o economista ortodoxo, é que haveria a necessidade de o Banco Central manter a taxa de juros reais nas alturas, colocando o Brasil quase sempre na posição de país com a maior taxa de juros reais no mundo. Os maiores juros reais do mundo seriam uma espécie de prêmio exigido de modo justo e justificado pelos “investidores” que emprestam seus recursos ao governo: maior risco, maior incerteza, maior prêmio — uma simples e sadia “lei do mercado”.

A segunda ideia central é a de que a inflação decorreria de um excesso de demanda na economia. Não adianta apresentar dados objetivos indicando que, em muitos casos, a inflação é gerada por choques de oferta que nada têm a ver com excesso de demanda. A partir desse diagnóstico imutável (e imune aos fatos) de que a inflação — ou o risco de inflação — seria sempre um problema de excesso de demanda, os porta-vozes do mercado estão sempre cobrando do governo que colabore para a redução da demanda e modere seus gastos (exceto o gasto com os juros da dívida pública), e estão sempre cobrando do Banco Central que aumente a taxa básica de juros diante de qualquer tipo de sinal de pressão inflacionária, pois o aumento dos juros causa refluxo da demanda — demissões, queda nos investimentos — e esse refluxo da demanda combateria eficazmente a inflação.

Podemos agora formular com precisão: o mercado financeiro não vê antagonismo entre responsabilidade fiscal e responsabilidade social porque, em sua visão, a primeira é sempre uma pré-condição para a segunda. Como o mercado financeiro sempre vê um risco fiscal significativo na economia brasileira, nunca estará satisfeito com o nível de responsabilidade fiscal demonstrado pelo governo, nunca achará que já estamos em condições de avançar com segurança nas tarefas sociais e sempre tachará de “populista” ou “demagógica” qualquer alternativa que signifique abandonar esse beco sem saída ao qual o país foi condenado nas últimas décadas.

Internet: <anima.pucminas.br> (com adaptações).

Considerando as informações veiculadas no texto CG1A1-I e a argumentação desenvolvida por seu autor, julgue os itens a seguir.

- 1 O autor analisa a relação entre responsabilidade social e responsabilidade fiscal, aderindo ao ponto de vista dos economistas ortodoxos.
- 2 De acordo com os sentidos suscitados pelo texto, os “economistas ‘ortodoxos’” e os “economistas porta-vozes do mercado financeiro” possuem perspectivas semelhantes a respeito da economia brasileira.
- 3 É correto afirmar que, segundo a perspectiva argumentativa adotada no texto, a “segunda ideia central”, mencionada no quinto parágrafo, é uma consequência da “primeira ideia central”, mencionada no quarto parágrafo.
- 4 Infere-se da leitura do último parágrafo que, em relação à pergunta que inicia o texto, os porta-vozes do mercado financeiro responderiam que responsabilidade fiscal não combina com responsabilidade social.

No que se refere a aspectos linguísticos do texto CG1A1-I, julgue os próximos itens.

- 5 No terceiro período do quinto parágrafo, o segmento “e imune aos fatos”, inserido entre parênteses, reitera o significado do termo anterior “imutável”.
- 6 No trecho “que podemos sintetizar em duas ideias centrais” (terceiro parágrafo), o vocábulo “que” pode ser substituído, com correção gramatical, por **os quais**.
- 7 A substituição da palavra “agora” (primeiro período do sexto parágrafo) por **entretanto** preservaria os sentidos do texto, dadas as ideias apresentadas no parágrafo e a relação semântica deste com o parágrafo anterior.
- 8 Conforme a norma gramatical, é facultativo o uso do sinal indicativo de crase na expressão “têm a ver” (segundo período do quinto parágrafo).

De acordo com o estabelecido no Manual de Redação da Presidência da República, julgue os itens que se seguem.

- 9 Nas correspondências oficiais, o vocativo adequado à autoridade que ocupa o cargo de Vice-Presidente da República é Senhor Vice-Presidente da República, devendo a expressão ser seguida de vírgula.
- 10 A redação oficial exige clareza e precisão, ao mesmo tempo em que não prescinde da concisão.

P: “Se a pessoa trabalha com o que gosta e está de férias, então é feliz ou está de férias.”

Considerando a proposição P precedente, julgue os itens seguintes.

- 11 O número de linhas da tabela-verdade associada à proposição P é inferior a 10.
- 12 A proposição P pode ser obtida pela aplicação da propriedade distributiva da conjunção sobre a condicional, utilizando-se as proposições “A pessoa está de férias.” e “Se a pessoa trabalha com o que gosta, é feliz.”.
- 13 A proposição P é uma tautologia.
- 14 A proposição P é equivalente a “Se a pessoa está de férias ou é feliz, então trabalha com o que gosta e está de férias.”.

Considerando a Lei Orgânica e o Código Tributário do município de Fortaleza, julgue os itens a seguir.

- 15 A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Fortaleza possui competência exclusiva para a propositura de lei que autorize a abertura de crédito suplementar ou especial, por meio do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara.
- 16 A Lei Orgânica do município de Fortaleza pode ser emendada mediante proposta do prefeito.
- 17 É vedada a cobrança da contribuição para custeio do serviço de iluminação pública na fatura do consumo de energia elétrica cobrada pela Companhia de Eletricidade do Estado do Ceará, uma vez que os sujeitos ativos das respectivas obrigações não coincidem.
- 18 O Código Tributário do município de Fortaleza prevê a concessão de isenção total de IPTU, no caso de imóveis tombados pelo Poder Público.

Acerca de ética e função pública, julgue o item a seguir.

- 19 O padrão ético dos servidores públicos no exercício de sua função pública advém da natureza da função, ou seja, do caráter público e da relação do servidor com o público.

Julgue o próximo item, conforme a Lei n.º 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública.

- 20 Nos âmbitos administrativo e civil, as pessoas jurídicas são responsabilizadas objetivamente pelos atos lesivos previstos na referida lei praticados em seu interesse ou benefício, desde que exclusivo.

Julgue os itens subsequentes, de acordo com a Lei n.º 8.429/1992, que trata sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa.

- 21 Constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito doar a pessoa jurídica bens, rendas, verbas ou valores do patrimônio de ente da administração pública direta ou indireta, sem observância das formalidades legais e regulamentares aplicáveis à espécie.
- 22 As entidades privadas que recebem incentivo fiscal ou creditício de entes públicos estão sujeitas às sanções da lei de improbidade administrativa.

Acerca dos princípios fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988 (CF), julgue o próximo item.

- 23 Os fundamentos da República Federativa do Brasil incluem a cidadania, a dignidade da pessoa humana e o pluralismo político; no que se refere a este último, no Estado Democrático de Direito, embora apenas a União seja autônoma, todos os entes federados gozam de soberania.

Julgue os itens que se seguem, relativos aos poderes da União.

- 24 Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário são independentes e harmônicos entre si, cabendo exclusivamente ao Congresso Nacional decretar estado de defesa e estado de sítio, bem como decretar e executar intervenção federal.
- 25 Compete exclusivamente ao Congresso Nacional julgar anualmente as contas prestadas pelo presidente da República bem como prover e extinguir cargos públicos federais, na forma da lei.
- 26 Vetar projetos de lei, total ou parcialmente, e editar medidas provisórias com força de lei são exemplos de atos de competência privativa do presidente da República.

Julgue os itens a seguir, a respeito do controle da administração pública.

- 27 A convocação de ministros de Estado pela Câmara dos Deputados, pelo Senado Federal ou por qualquer de suas comissões para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado é uma manifestação de controle legislativo da administração pública.
- 28 A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, mas não pode revogá-los, por conveniência ou oportunidade, ainda que sejam respeitados os direitos adquiridos, ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

No que se refere à responsabilidade civil do Estado, julgue os itens que se seguem.

- 29 O Estado não poderá ser responsabilizado objetivamente por atos de tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem danos a terceiros, devido ao fato de os serviços notariais e de registro serem exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público.
- 30 A responsabilidade civil do Estado por danos nucleares independe da existência de culpa.

Após uma diligência, certo auditor fiscal deverá criar relatório reportando o caso e, em seguida, encaminhar o relatório para o órgão responsável, junto com a documentação comprobatória.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir.

- 31 Como boa prática, o auditor deverá publicar o material que produziu na *intranet*, a fim de atender ao princípio da publicidade e dar conhecimento a toda população.
- 32 O referido relatório poderá ser criado no MS Word e salvo em arquivo do tipo *pdf*, a fim de preservar a formatação e o conteúdo original do documento e garantir maior compatibilidade ao ser enviado para o órgão responsável.
- 33 O relatório e a documentação comprobatória poderão ser enviados em um único *e-mail*, desde que sejam arquivos de mesmo tipo.
- 34 Para evitar que se perca o trabalho de criação do relatório, o auditor poderá armazenar o respectivo arquivo tanto em seu computador quanto na nuvem.

O recém-criado gabinete de governança corporativa, no âmbito de determinada prefeitura municipal, tem como desafio coordenar a elaboração do planejamento estratégico da prefeitura. No intuito de aprimorar o profissionalismo da gestão e padatá-la em práticas consolidadas de gestão, buscou-se um consultor autônomo para orientar o referido gabinete quanto a algumas questões importantes, a fim de que o planejamento seja, de fato, um instrumento relevante para o aprimoramento da gestão da prefeitura.

A partir dessa situação hipotética, julgue os próximos itens.

- 35** Como se trata de um planejamento estratégico, o gabinete deve buscar construir, de forma detalhada, os objetivos de cada secretaria e departamento, planejando, inclusive, as ações de curto e médio prazo.
- 36** Antes de estabelecer os objetivos estratégicos, o gabinete deve identificar e formular uma clara declaração de missão, bem como compreender e explicitar a visão de futuro estabelecida pelo governo e mapear os valores que norteiam sua atuação.
- 37** Para que, de fato, possam nortear a ação da prefeitura, os objetivos estratégicos, ao serem definidos, devem ser, além de específicos e mensuráveis, relevantes para o alcance da missão, não importando se é viável seu alcance.
- 38** A formulação da estratégia de uma instituição, seja ela pública ou privada, deve contemplar uma cuidadosa análise do ambiente em que a organização atua, considerando-se, inclusive, aspectos gerais como a distribuição de renda e o perfil etário da população.

Julgue o item a seguir, a respeito do papel do Estado e da atuação do governo nas finanças públicas.

- 39** A alocação do gasto público voltado para atender segmentos da população de menor poder aquisitivo constitui uma forma direta de distribuir renda.

Quanto à Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), julgue o item seguinte.

- 40** Compete à LDO fixar limites para os orçamentos do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Ministério Público, assim como dispor sobre gastos com pessoal e política fiscal.

No que se refere ao Sistema Tributário Nacional, julgue o próximo item, a respeito da competência tributária.

- 41** A competência tributária é a aptidão para exigir o tributo, sendo delegável inclusive para pessoas privadas.

Acerca de princípios, conceitos e transparência na gestão fiscal, julgue o item subsequente.

- 42** Os planos, orçamentos e lei de diretrizes orçamentárias, bem como as prestações de contas e o respectivo parecer prévio, são considerados instrumentos de transparência da gestão fiscal.

Considerando o conceito de Estado contemporâneo, julgue o item a seguir.

- 43** Um sistema de governo compreende as relações institucionais estabelecidas entre os órgãos integrantes dos Poderes Legislativo e Executivo, bem como os aspectos referentes à investidura e à continuação ou destituição dos governantes do poder.

Julgue o próximo item, em relação à organização do Estado e da gestão.

- 44** Todos os estados brasileiros podem adotar sua própria Constituição e editar suas leis, desde que não infrinjam as normas e os princípios estabelecidos na Constituição Federal.

No que se refere à descentralização na gestão pública, julgue o item que se segue.

- 45** Ocorre descentralização política quando as atribuições exercidas por entes descentralizados somente detêm o valor jurídico que lhes empresta o ente central.

No que diz respeito à governança na gestão pública, julgue o item subsequente.

- 46** Relaciona-se diretamente ao mecanismo de controle e governança o ato de mensurar o desempenho de uma administração com o propósito de verificar se ela está atendendo à sua finalidade básica.

Julgue os itens a seguir, a respeito de ciência de dados, aprendizado de máquina, inteligência artificial, *big data*, governança de dados, transformação de dados e transformação digital.

- 47** Ciência de dados é um ramo multidisciplinar da ciência que, por meio da utilização de grandes conjuntos de dados como núcleo de operação, envolve técnicas de computação, matemática aplicada, inteligência artificial, estatística e otimização, com o intuito de resolver problemas analiticamente complexos.
- 48** O processo de tomada de decisão dos ecossistemas de *big data* é guiado por dados, empregando-se soluções computacionais baseadas em algoritmos de aprendizado de máquina relativos à aquisição de informação relevante; a inteligência artificial, por sua vez, limita-se a interpretar os textos existentes e dar respostas rápidas ao usuário.
- 49** A transformação digital diz respeito à incorporação de tecnologias digitais em todos os aspectos de uma organização, abrangendo processos, produtos, serviços e interações com clientes, ao passo que a transformação de dados está relacionada a etapas e processos aplicados aos dados, a fim de torná-los mais úteis e valiosos para a organização.
- 50** Aplicada pelos profissionais de segurança cibernética, a governança de dados consiste em um método que utiliza criptografia segura para o armazenamento de dados.

Espaço livre